

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.207 - RS (2019/0073528-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : **ANCILA DANI**  
**AGRAVANTE** : **ELIANA STELA AGUIAR DE CARVALHO**  
**AGRAVANTE** : **JORGE SAMUEL ARAUJO MARTINS**  
**AGRAVANTE** : **MARIA HELENA GUERRA**  
**AGRAVANTE** : **THEREZINA FERRARI IOP**  
**ADVOGADOS** : **TELMO RICARDO ABRAHAO SCHORR E OUTRO(S) - RS032158**  
**ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS067800**  
**PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS086620**  
**MARCO GERALDO ABRAHAO SCHORR - RS032025**  
**AGRAVADO** : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORES** : **PAULO CESAR KLEIN E OUTRO(S) - RS036745**  
**FABIO WERKHAUSER - RS032445**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ANCILA DANI E OUTROS contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que não admitiu recurso especial fundado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 521):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCEDIMENTO EXECUTIVO EM DESFAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. PEDIDO DE INCLUSÃO DE VERBA HONORÁRIA EM PRECATÓRIO. SITUAÇÃO PECULIAR. PRESCRIÇÃO EVIDENCIADA.

1.Vai mantida a decisão que declarou prescrita a pretensão da agravante, considerando as peculiaridades da questão fática. É que da leitura do instrumento, por duas oportunidades, no mínimo, o agravante teve inequívoca ciência da ausência de inclusão da verba honorária para fins de pagamento no precatório expedido, silenciando em ambas. Ademais, da expedição do segundo precatório até a manifestação requerendo a inclusão de verba honorária, transpassaram-se mais de 5 anos.

2.Relevante sinalar que, não estivesse prescrita a questão, ante a inércia do interessado, de qualquer maneira estaria vedado o deferimento do direito almejado, em razão da ocorrência de preclusão consumativa, que se opera quando o ato processual é efetivamente praticado, restando impossibilitada, dessa forma, a sua repetição.

3.Inexiste ofensa à coisa julgada, ou dever de correção de ofício do julgador a quo, principalmente quando as partes são intimadas e tem ciência do teor do precatório.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

No recurso especial obstaculizado, a parte recorrente apontou violação do art. 1.022, do Código de Processo Civil, argumentando que "em que pese tenha se manifestado quanto ao arquivamento do feito, deixou de apreciar os dispositivos invocados no tocante à ausência de intimação da parte – quais sejam: arts. 269 e 272, §2º do CPC e art. 5º, LV, CF" (e-STJ fl. 601). Também apontou omissão quanto à alegação de não

restrição do art. 491, I, CPC, a erros da sentença, defendendo a parte que também deveria incidir sobre erros materiais de cálculo (e-STJ fl. 601).

No mérito, pretende a inclusão de honorários nos cálculos e a expedição de precatório complementar. Além de dissídio pretoriano, alegou afronta ao art. 494, I, do CPC/2015, afirmando que "necessário se faz o afastamento da prescrição/preclusão reconhecidas pelo magistrado de origem, na medida em que o erro no precatório, bem como as inexatidões materiais podem ser corrigidas qualquer tempo" (e-STJ fl. 607). Também sustentou vulneração dos arts. 269 e 272, § 2.º, do CPC/2015, "configurada pela conduta da Serventia Cartorária do juízo *a quo*, que deixou de intimar a parte da baixa e arquivamento dos autos"(e-STJ fl. 609).

Contrarrazões às e-STJ fls. 697/702.

O apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, tendo sido os fundamentos da decisão atacados no presente recurso.

Passo a decidir.

De início, deve-se consignar que, conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do nele prevista (Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Feito tal esclarecimento, verifica-se que não assiste razão à parte recorrente.

Quanto à alegada ofensa ao art. 1.022, do CPC/2015, não se vislumbra nenhum equívoco ou deficiência na fundamentação contida no acórdão recorrido, sendo possível observar que o Tribunal de origem apreciou integralmente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Em relação à suposta omissão quanto à intimação da parte sobre o arquivamento dos autos e à alegada violação dos arts. 269 e 272, § 2º do CPC/2015 e do art. 5º, LV, Constituição Federal, a Corte de origem fundamentou o acórdão na inequívoca ciência da parte, que, por duas vezes, teve acesso ao precatório expedido, sem, contudo, apresentar qualquer manifestação quanto aos honorários (e-STJ fl. 527).

No tocante ao art. 484, I, do CPC/2015, o Tribunal *a quo* fundamentou-se na restrição da aplicação do dispositivo a erros na sentença, o que não seria o caso dos autos (e-STJ fl. 529).

No caso, verifico que não há verdadeira alegação de omissão, mas insurgência quanto à amplitude do espectro de incidência do comando legal, o que constitui matéria de mérito.

Afasto, assim, a nulidade apontada.

No mérito, melhor sorte não socorre a parte recorrente.

A parte afirma que, expedido o precatório, apontou erro material consistente na não exclusão da coautora Therezinha Ferrari Iop. Então, houve a expedição de novo precatório e, posteriormente, o respectivo arquivamento, sem que, entretanto, se realizasse nova intimação das partes. (e-STJ fls. 736/737).

Alega que, tão logo teve acesso novamente aos autos, manifestou-se quanto à falta de inclusão dos honorários no precatório, razão pela qual sustenta não ter ocorrido inércia, não havendo que se falar em prescrição.

O Tribunal de origem, no entanto, assim se manifestou (e-STJ fls. 526/527 e 529):

Como marco temporal para fins de contagem do prazo prescricional no caso em estudo é da data da expedição do precatório (17/05/2010), onde inegavelmente o recorrente tomou ciência do teor do precatório – e, ainda, eventuais irregularidades. Aliás, chama atenção que em data anterior, abril de 2010 (fls. 248), há manifestação da agravante indicado erros em outro precatório confeccionado - relevando ponderar que neste primeiro documento já não constavam os honorários dos procuradores – 244/246.

Portanto, por duas oportunidades, no mínimo, o agravante teve inequívoca ciência da ausência de inclusão da verba honorária para fins de pagamento. O processo restou arquivado tão-somente para fins de aguardo da comunicação de cumprimento integral do precatório pelo estado (fls. 259). Mais! Do pagamento a menor, o recorrente volta a ponderar acerca dos valores devidos, sem, contudo, nada indicar no que diz respeito a verbas honorárias (fls. 267/288). Tal situação volta a ocorrer no autos originários (fls. 346/357). Contudo, apenas em 2016 o agravante reclama a inclusão das verbas honorárias no precatório complementar. Logo, a tese acerca da ausência de intimação não se sustenta, ou, ainda, que tenha ocorrido ofensa a coisa julgada.

Cabe referir ainda que a ciência inequívoca do interessado acerca da ausência de inclusão da verba honorária deu-se ainda no ano de 2010. Os demais questionamentos acerca dos valores restringiram-se a formas de atualização daquele, sem, contudo, nunca se opor a ausência de tal quantia no precatório, vindo, pois, a destempo, eis que transpassados mais de cinco anos da primeira manifestação, requerer alteração/inclusão dos honorários.

Vale lembrar aqui que a ocorrência de prescrição em nada ofende a coisa julgada, eis que cabe a parte buscar o que é seu de direito, respeitado o prazo temporal previsto na legislação vigente, sob pena de criar indevida eternização de demandas. Além disso, tentar impor a culpa do ocorrido a serventia mostra-se descabida, vez que o recorrente, por no mínimo duas vezes, teve ciência do teor do precatório, sem contudo, apresentar qualquer manifestação sobre seu conteúdo.

(...)

E não se diga que possa ter ocorrido hipótese do artigo 494, inciso I, do NCPC (antigo 463 do CPC/73), vez que tal exceção processual se limita a erros na sentença proferida (ou decisões de mérito no curso do feito), situação, smj, completamente diversa da desenhada pelo recorrente. Vale lembrar que, pelo princípio da invariabilidade, as sentenças, após sua publicação, são

inalteráveis, salvo em casos excepcionais, circunstância que não se percebe no feito.

Como se pode verificar, a Corte de origem reconheceu a ocorrência de prescrição em decorrência da inércia da parte, que, por no mínimo 2 (duas) vezes, teve ciência da expedição do precatório e nada requereu em relação à verba honorária, deixando escoar o prazo quinquenal.

Nesse contexto, a alegação de que "a demora na tramitação do feito NÃO ocorrera por inércia da autora, mas sim por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça," esbarra inevitavelmente no óbice da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. SÚMULAS 7 E 83/STJ

1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento contra decisão proferida em Ação Declaratória cumulada com Ação de Cobrança que reconheceu a prescrição da pretensão executória dos honorários advocatícios.

2. O Tribunal a quo considerou prescrita a pretensão executória da parte agravante quanto à cobrança dos honorários advocatícios, afirmando: "E o pleito de expedição de RPV para satisfação da verba honorária executiva foi apresentado pela credora apenas em 16/07/2015 (doe. de fls.202 nos autos originais), embora desde 2003, quando liquidado de modo efetivo o valor da execução, devesse a parte ter diligenciado na obtenção do respectivo pagamento.

Portanto, a pretensão de pagamento dos honorários advocatícios arbitrados na fase executiva, manifestada pela parte credora em julho/2015, encontra-se flagrantemente preclusa e prescrita".

3. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se o óbice da Súmula 7/STJ. Nesses termos: AgInt no AREsp 862.898/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/3/2017; EDcl no AgRg no REsp 1.334.197/SE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 7/10/2016; RCD no REsp 1.293.685/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 25/9/2014.

4. O entendimento firmado pelo Tribunal na origem encontra consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual "não havendo necessidade de liquidação do título judicial, mas apenas a realização de meros cálculos aritméticos, o prazo prescricional da ação de execução de honorários advocatícios começa a fluir a partir do trânsito em julgado" (REsp 1.404.519/PB, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19/11/2013, DJe 29/11/2013.). A propósito: AgInt no REsp 1.584.226/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 10/8/2016.

5. Dessume-se que a decisão agravada está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". Cumpre ressaltar que a referida orientação é aplicável também aos recursos interpostos pela alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido: REsp 1.186.889/DF, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 2.6.2010.

6. Por fim, quanto à afirmação de que não teria havido a prescrição executória em razão da ausência de intimação do credor, tal argumento não se sustenta.

O acórdão da Corte a quo foi categórico ao afirmar que o credor tomou conhecimento da decisão colegiada que arbitrou a verba honorária, bem como do seu trânsito em julgado.

7. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão da Corte de origem.

Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

8. Encontra-se demonstrada nos autos a inércia da parte agravante em vindicar a verba honorária, mesmo tendo conhecimento dos atos processuais que resultaram no arquivamento dos autos, de modo que o transcurso de mais de 5 (cinco) anos para o exercício do direito de crédito fulmina sua pretensão executória.

9. Agravo Interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1755163/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 29/05/2019)

No mesmo sentido, confirmam-se as seguintes decisões monocráticas: AREsp n. 1.310.983, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 23/10/2019; AREsp n. 1.467.896, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 16/10/2019.

Afora isso, é firme a jurisprudência deste Superior Tribunal no sentido de que a ausência de intimação somente importará em nulidade processual quando evidenciado efetivo prejuízo à defesa. (AgInt no REsp 1689834/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 10/09/2018). Trago o julgado:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022, I E II, C/C O ART. 489, § 1º, IV E VI, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO QUE RECONHECE A EXISTÊNCIA DE FRAUDE À EXECUÇÃO E DETERMINA A PENHORA DO BEM ANTERIORMENTE ALIENADO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ORA AGRAVANTE. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Nos termos da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação (REsp 763.983/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJ 28/11/2005).

2. Da mesma forma, "não há que se falar em nulidade da decisão ora agravada, por afronta ao art. 489 do CPC/2015, 'quando o julgador decidiu de forma fundamentada, identificando de forma clara e objetiva as teses adotadas, e ainda amparado em precedentes que se ajustam ao caso concreto' (STJ, AgInt no REsp 1.624.685/MG, Rel.

Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/12/2016)" (AgInt no AREsp 1.104.279/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/11/2017).

3. É firme a jurisprudência deste Superior Tribunal no sentido de que a ausência de intimação somente importará em nulidade processual quando evidenciado efetivo prejuízo à defesa. Nesse sentido: REsp 1.707.702/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2017; REsp

1.619.912/PI, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 05/02/2018; AgInt no REsp 1.460.295/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017.

4. Caso concreto em que o Tribunal de origem afastou a existência de prejuízo à parte ora agravante sob o fundamento de que ainda havia tempo hábil para que ele apresentasse sua defesa, uma vez que, "conforme consulta à informação processual unificada, não se procedeu a qualquer ato de alienação do imóvel de propriedade do devedor. Dessa forma, deve ser oportunizado ao agravante apresentar seus argumentos e a documentação que entender pertinente ao Juízo de 1º grau, uma vez que cientificado apenas posteriormente acerca do reconhecimento da fraude à execução" (fl. 402). Assim, conclui-se pela inexistência de afronta aos arts. 272, §§ 2º e 8º, 280 e 281 do CPC/2015.

5. Como consignado na decisão agravada, para se alterar a conclusão firmada no acórdão recorrido acerca da inexistência de prejuízo à defesa do agravante seria necessário nova incursão na seara fática dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. Nesse sentido: REsp 1.619.912/PI, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 05/02/2018; AgRg no AREsp 479.301/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 26/08/2016.

6. Agravo interno improvido.

Com relação ao art. 494, I, do CPC/2015, a parte sustenta que "as inexactidões materiais podem ser corrigidas qualquer tempo" (e-STJ fl. 607).

É verdade que, de acordo com a jurisprudência do STJ, o erro material é passível de correção a qualquer tempo, desde que evidente ou derivado de simples cálculo aritmético. Segue julgado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL, NA SENTENÇA EXEQUENDA. NÃO OCORRÊNCIA. HIPÓTESE DE ERRO DE JULGAMENTO, ACOBERTADO PELA COISA JULGADA. PRECEDENTES DO STJ. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. ARBITRAMENTO, NA ORIGEM, APENAS EM FAVOR DO INCRA, PARTE ORA AGRAVANTE. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ANTERIORMENTE FIXADOS, EM FAVOR DO INCRA, ORA AGRAVANTE. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. DESCABIMENTO. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Embargos à Execução, opostos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em face da parte agravada, objetivando o reconhecimento de excesso de execução nos autos de ação de desapropriação, ajuizada pela autarquia em face dos ora agravados. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, considerando, dentre outros pontos, que a questão atinente ao termo inicial dos juros compensatórios estaria acobertada pela coisa julgada. Tendo em vista a sucumbência mínima do INCRA, condenou a parte embargada a pagar honorários advocatícios à autarquia, fixados em 10% sobre o valor da causa. Estabeleceu, ainda, que o procurador das partes, também exequente, deverá pagar honorários de advogado, fixados em 10% sobre a diferença pleiteada na petição inicial da execução e o valor correto, determinado pelo Juízo. O acórdão do Tribunal de origem deu parcial provimento à Apelação dos

embargados, para fixar os honorários advocatícios, em favor do INCRA, no patamar de 5% sobre as mesmas bases de cálculo mencionadas na sentença.

III. O Tribunal de origem considerou, quanto ao termo inicial dos juros compensatórios, que, "caso tenha acontecido algum equívoco, o mesmo seria de direito, de aplicação da lei, desafiador de recurso próprio que não foi aviado pela autarquia agrária em momento oportuno, com a efetiva preclusão".

IV. Na forma da jurisprudência desta Corte, "o erro material previsto no inciso I do art. 463 do CPC/1973, passível de ser corrigido a qualquer tempo, é aquele relativo à inexatidão perceptível à primeira vista e cuja correção não modifica o conteúdo decisório do julgado. Caso contrário, trata-se de erro de julgamento, hipótese na qual a parte deve lançar mão das vias de impugnação apropriadas" (STJ, AgInt no REsp 1.469.645/CE, Rel.

Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/12/2017). O erro material, passível de ser corrigido de ofício e não sujeito à preclusão, é "aquele reconhecível *primo ictu oculi*, consistente em equívocos materiais sem conteúdo decisório, e cuja correção não implica em alteração do conteúdo do provimento jurisdicional" (STJ, EDcl no AgRg no RMS 36.986/PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/04/2016), o que, contudo, não é a hipótese dos presentes autos, na qual o erro apontado guarda relação com o próprio objeto do juízo de mérito, consubstanciando *error in iudicando*, decorrente da má apreciação de questão de fato. Nesse sentido: STJ, REsp 1.593.461/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/08/2016; EDcl no AgRg no REsp 1.433.697/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 21/05/2015; AgRg no REsp 495.706/MT, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 31/05/2007; REsp 91.999/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJU de 19/12/2002.

V. Com efeito, o suposto equívoco, defendido pelos recorrentes, relativo ao termo inicial dos juros compensatórios, previsto no título executivo, de há muito transitado em julgado, não configura mero erro material, como defendem os recorrentes, mas, sim, erro de julgamento. Nesse contexto, não havendo impugnação do decisum, no aludido ponto e no momento oportuno, opera-se o efeito preclusivo da coisa julgada formal, não merecendo o acórdão recorrido qualquer reparo, pois decidiu de acordo com a jurisprudência desta Corte.

VI. O texto do § 11 do art. 85 do CPC/2015 prevê, expressamente, que somente serão majorados os "honorários fixados anteriormente", de modo que, no caso, não há que se majorar os honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do Código Processual vigente, uma vez que não houve prévia fixação, pelas instâncias ordinárias, nos Embargos à Execução, de honorários de advogado em desfavor do INCRA, ora agravante, mas, sim, em favor dele. Precedentes do STJ (EDcl no AgInt no AREsp 1.040.024/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 31/08/2017).

VII. Agravo interno parcialmente provido, apenas para excluir a majoração de honorários advocatícios, em desfavor do INCRA, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015.

(AgInt no AREsp 1316882/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 13/09/2019)

Ocorre que tal entendimento refere-se à preclusão temporal, ou seja, à possibilidade de se praticar determinado ato no processo, sendo certo que essa questão encontra-se prejudicada pela ocorrência da prescrição, que atinge a própria pretensão, como no caso presente, em que, conforme registrado no acórdão recorrido, a

parte deixou transpassar mais de 5 (cinco) anos, desde a data em que teve ciência dos termos do precatório, sem questionar a suposta falta de inclusão da verba honorária.

Não fosse assim, admitir-se-ia a possibilidade de suscitação de erro material *ad eternum*, o que não é possível.

Quanto ao alegado dissídio jurisprudencial, ressalvado o meu entendimento pessoal, a jurisprudência desta Corte de Justiça é pacífica quanto à inadmissibilidade do recurso especial que, a despeito de fundamentar-se em dissídio jurisprudencial, deixa de apontar o dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem teria dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais (AgRg no REsp. n. 1.346.588/DF, relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Corte Especial, DJe 17/03/2014).

Na espécie, a parte recorrente não se desincumbiu de indicar o dispositivo de lei federal supostamente violado em razão do dissídio. Assim, em respeito à orientação firmada pela Corte Especial deste Tribunal, ajusta-se à hipótese a aplicação do contido na Súmula 284 do STF.

A propósito, os precedentes de ambas as Turmas que integram a Primeira Seção deste Tribunal Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PROVA DISCURSIVA. ALEGAÇÃO DE INADEQUAÇÃO AO CONTEÚDO DO EDITAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE APLICADO DE MODO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA DO EDITAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. O Tribunal de origem não apreciou a controvérsia sob o enfoque do dispositivo legal apontado como violado (artigo 19, XIII, do Decreto 6.944/99), tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão neste aspecto. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

2. Também no recurso especial lastreado na alegada existência de divergência pretoriana se exige do recorrente a precisa indicação do dispositivo de lei federal que se afirma violado, sob pena de incidência da Súmula 284/STF. Precedentes: AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 17/3/2014; AgRg no REsp 1.527.274/MG, Rel.<sup>a</sup> Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 23/9/2015; AgRg no AREsp 736.813/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 22/9/2015; AgRg no Ag 1.088.576/RS, Rel.<sup>a</sup> Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 26/8/2015.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 770.014/SC, relator Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, DJe 03/02/2016).

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. RURAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Observa-se grave defeito de fundamentação no apelo especial, uma vez que o agravante não particulariza quais os preceitos legais infraconstitucionais estariam supostamente afrontados. Assim, seu recurso não pode ser conhecido nem pela alínea "a" e tampouco pela alínea "c" do permissivo constitucional, porquanto, ao indicar a divergência jurisprudencial sem a demonstração do dispositivo de lei violado, caracterizadas estão a alegação genérica e a deficiência de fundamentação recursal.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 821.869/SP, relator Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 24/02/2016).

Ante o exposto, com base no art. 253, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator